

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício de 2018

1 – Informações Gerais:

1.1 Domicílio e classificação jurídica da entidade:

Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público (Associação pública) e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 102, bairro Canto, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina

1.2 Natureza das operações e principais atividades da entidade:

O CIGA é um consórcio público que possui como missão prover soluções tecnológicas para a melhoria da gestão pública, e conta com mais de 300 municípios consorciados. Atualmente, o CIGA disponibiliza aos municípios consorciados os seguintes serviços de tecnologia: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Gestão do Cadastro Integrado Municipal – G-CIM, Gestão do Simples Nacional – G-Simples, Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônicas – G-Nota, Gestão das Câmaras Municipais – G-Câmara, Gestão de Obras – G-Obras, Gestão de Domicílio Eletrônico do Contribuinte – G-DEC, o Sistema SinFAT (via Acordo de Cooperação com FATMA, MP/SC, FECAM e EGEM) e o Sistema Coletor de Dados.

2 - Evidenciação das Políticas Contábeis:

2.1 Base Legal: as demonstrações contábeis do exercício de 2018 foram elaboradas conforme a Lei nº 4.320/64. A escrituração observou o elenco de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, os Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público (Resolução CFC nº 1.111/2007) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP).

2.2 Alterações nas políticas contábeis:

Na data de 30/06 foi reconhecido a receita no valor total de todos os contratos ativos do Ciga, por mudança de critério contábil, pois conforme IPC02 “de acordo com o art. 114 do CTN, “fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência” (fato gerador do tributo). Ou seja, é a previsão

da norma jurídica que descreve um ato ou fato que, uma vez concretizado, gera a obrigação de pagar tributo imposto pelo Estado”. Levando em consideração que todos os serviços prestados pelo Ciga são contratados para serem prestados de forma contínua, mesmo que parcelados os pagamentos, optou-se por reconhecer no valor total do contrato para o ano de 2018. Considerando também que o Ciga tem mais de 800 serviços contratados fazer o reconhecimento mensal por cliente e por serviço seria inviável e traria o mesmo resultado que o reconhecimento das receitas anual.

2.3 Mensuração dos componentes patrimoniais: as demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico das transações. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas não foram ajustados a valor presente.

2.4 Regime contábil: o regime contábil das variações patrimoniais utilizado no exercício foi o regime de competência.

3 - Critérios Contábeis e Estimativas Utilizados nas Demonstrações Contábeis:

3.1 Anexo 12 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Orçamentário

O orçamento, aprovado por meio da Resolução CIGA nº 124, de 18 de setembro de 2017, não sofreu atualização monetária desde a data de elaboração até sua efetiva abertura.

No referido exercício não houve receitas ou despesas intraorçamentárias, uma vez que o CIGA possui apenas uma unidade orçamentária (a qual abrange toda a sua operação).

No exercício, foram abertos créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 660.981,70 (seiscentos e sessenta mil, novecentos e oitenta e um reais e setenta centavos); e crédito adicional no valor de R\$ 2.950.000,00 (dois milhões, novecentos e cinquenta mil reais), sendo oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

A Reserva de Contingência não foi utilizada no exercício de 2018.

O valor dos restos a pagar, inscritos no início do exercício, totalizou R\$ 94.103,25 (noventa e quatro mil, cento e três reais e vinte e cinco centavos). Do referido montante, R\$ 80.415,04 (oitenta mil, quatrocentos e quinze reais e quatro centavos) foram pagos, e o restante, no valor R\$ 13.688,21 (treze mil, seiscentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos), foi cancelado.

No Balanço Orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre o total desses valores.

	Valores em R\$
Receitas Arrecadadas	31/12/2018
Receitas Correntes	3.868.651,25
Receita Patrimonial	110.509,91
Receita de Serviços	3.758.070,00
Receita Corrente Diversas	71,34
Receitas de Capital	-
Total	3.868.651,25

	Valores em R\$
Despesas Empenhadas	31/12/2018
Despesas Correntes	3.057.952,47
Pessoal e encargos	1.948.165,41
Outras despesas correntes	1.109.787,06
Despesas de Capital	3.075.371,51
Investimentos	3.075.371,51
Total	6.133.323,98

Déficit Orçamentário	2.264.672,73
-----------------------------	---------------------

3.2 Anexo 13 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Financeiro

O critério utilizado pela Entidade, quanto à contabilização das retenções em despesas orçamentárias, é o de considerar a retenção como valor restituível, ou receita orçamentária, conforme a espécie da retenção, no momento da liquidação da despesa orçamentária, efetuando-se o pagamento orçamentário do empenho ao fornecedor da parcela equivalente à retenção e, simultaneamente, arrecadando a receita extraorçamentária ou orçamentária, conforme a retenção.

3.3 Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

a) Ativo Circulante

a.1) Disponibilidades: Caixa e equivalentes de caixa

Em 31/12/2018, o CIGA possuía, além das contas correntes movimentação, aplicações financeiras.

Contas	Valores em R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
Banco do Brasil - Movimento - 2.008-7	4.229,21	45.225,27
Banco do Brasil - Movimento - 2.012-5	47.137,45	21.821,72
Banco do Brasil - Movimento - 2.013-3	1.193,40	3.105,26
Banco do Brasil - Movimento - 2.016-8		9.796,36
Aplic. Banco do Brasil - Movimento - 2.008-7	2.044,80	14.559,45
Aplic. Banco do Brasil - Movimento - 2.016-8	1.365.868,04	3.653.714,41
Aplic. Banco do Brasil - Movimento - 25.756-7	2,89	88.075,64
Aplic. Banco do Brasil - Movimento - 28.515-3	139,24	58,51
Total	1.420.615,03	3.748.336,49

a.2) Créditos a curto prazo

São registrados pelo regime de competência. Os clientes compreendem os créditos relativos aos serviços prestados aos municípios consorciados, cuja provável realização ocorrerá até o término do exercício seguinte. Adiantamento ao fornecedor compreende em pagamento a maior a fornecedor, aguardando devolução. Depósitos restituíveis são retenções a serem feitas na folha de pagamento dos funcionários referente a vale transporte.

	Valores em R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
Clientes	64.159,74	52.441,03
Adiantamento a fornecedor	1.050,00	1.050,00
Depósitos Restituíveis	143,64	
Total	65.353,38	53.491,03

a.3) Estoques

Os estoques foram mensurados pelo custo histórico de aquisição, sendo segregados em: Materiais de Higiene e Limpeza, Materiais de Copa e Cozinha, Gêneros Alimentícios e Material de Expediente. Foi realizado o inventário geral dos materiais em 28 de dezembro de 2018.

	Valores em R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
Material de higiene e limpeza	1.616,29	1.115,11
Material de copa e cozinha	466,73	1.064,85
Gêneros alimentícios	615,17	532,83
Material de expediente	2.771,86	1740,87
Total	5.470,05	4.453,66

b) Ativo Não Circulante

b.1) Ativo Realizável a Longo Prazo

Representam os créditos a receber cuja realização provável se dará após o término do exercício seguinte. São créditos de clientes que não tem previsão de recebimento.

	Valores em R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
Clientes	87.650,86	86.344,50

b.2) Imobilizado

No exercício de 2018, a variação no saldo do ativo de imobilizado refere-se às adições que totalizaram R\$ 3.073.695,02 (três milhões, setenta e três mil, seiscentos e noventa e cinco reais e dois centavos).

Grande parte da variação do imobilizado refere-se à aquisição da sede do Ciga a qual totaliza 471,31m2 de área privativa e 578,735m2 de área total, Matrícula: n.º 48.011, registrada no 3º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis/SC, no valor de R\$ 2.941.000,00 (dois milhões, novecentos e quarenta e um mil reais).

Não houve uma avaliação dos bens que levaram ao reconhecimento da inservibilidade de bens.

Não houve ajuste de exercícios anteriores relacionado ao ativo imobilizado.

Não houve contabilização de depreciação do ativo imobilizado em 2018. Conforme estabelecido pela Portaria STN nº 548/2015, tal procedimento (depreciação de bem móveis e imóveis) deve ter sua execução iniciada a partir, no máximo, do exercício de 2020.

Não houve ajuste para perdas por desvalorização (*impairment test*).

Não houve reavaliação do ativo imobilizado.

Não houve realização de inventário geral dos bens.

	Valores em R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
Máquinas, aparelhos e ferramentas	32.924,48	17.480,28
Bens de Informática	221.769,35	169.624,64
Móveis e utensílios	106.689,53	65.012,99
Materiais culturais, educativos e de comunicação	4.865,32	3.515,75
Veículos	72.750,00	72.750,00
Outros bens móveis	22.260,00	
Bens Imóveis	3.716.376,82	775.376,82
Total	4.177.455,50	1.103.760,48

b.3) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem direitos de uso de software.

	Valores em R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
Softwares	5.291,65	4.080,00
Total	5.291,65	4.080,00

c) Passivo Circulante

Registrado pelo valor de liquidação em ordem decrescente de exigibilidade. Corresponde as férias provisionadas dos colaboradores, fornecedores de serviços e materiais, provenientes de despesas liquidadas, mas não pagas até 31.12.2018, impostos retidos de terceiros e colaboradores e obrigações fiscais.

Os reconhecimentos por competência dos passivos relativos à gratificação natalina e férias, foram reconhecidos na data da efetivação da despesa.

	Valores em R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal a pagar	36.890,15	25.533,47
Fornecedores a pagar	674,14	67.102,56
Impostos a recolher	3.645,73	3.567,43
Valores restituíveis	7.158,49	2.329,99
Total	48.368,51	98.533,45

d) Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente

Houve ajustes de exercícios anteriores decorrente de reconhecimento indevido de receita com prestação de serviços no valor de R\$ 0,03 (três centavos) e decorrente de ressarcimento de despesa de exercício anterior no valor de R\$ 71,34 (setenta e um reais e trinta e quatro centavos).

Valores em R\$		
	31/12/2018	31/12/2017
Resultad de exercícios anteriores	4.901.932,71	3.757.455,37
Resultado do exercício	811.463,94	1.147.727,34
Ajuste de exercícios anteriores	71,31	-3.250,00
Total	5.713.467,96	4.901.932,71

e) Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro apresentado poderá servir de fonte de recurso para abertura de créditos adicionais ao orçamento de 2019 conforme art. Nº 43 da lei 4320/64.

Valores em R\$		
	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Financeiro	1.420.758,67	3.748.336,49
(-)Passivo Financeiro	19.839,94	96.433,24
Superávit Financeiro	1.400.918,73	3.651.903,25

3.4 Anexo 15 da Lei nº 4.320/64 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do exercício de 2018 foi de R\$ 811.463,94 (oitocentos e onze mil, quatrocentos e sessenta e três reais e noventa e quatro centavos).

Valores em R\$		
	31/12/2018	31/12/2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	3.882.069,25	4.133.668,72
Variações Patrimoniais Diminutivas	3.070.605,31	2.985.941,38
Superávit Patrimonial	811.463,94	1.147.727,34

3.5 Anexo 18 da Lei nº 4.320/64 - Demonstração do Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta a movimentação do caixa com os ingressos de receitas e os pagamentos das despesas, evidenciando a geração ou o consumo de caixa no exercício. Proporciona, ainda, a visão dos custos operacionais e os investimentos na entidade.

	Valores em R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
Ingressos Atividades Operacionais	4.282.442,91	4.220.821,90
Receita de Serviços	3.758.070,00	3.898.194,92
Remuneração de Aplicação de recursos	110.509,91	278.940,60
Outras receitas	71,34	10,00
Outas receitas Operacionais		43.676,38
Desembolsos Atividades Operacionais	3.524.279,20	2.947.347,64
Administração	1.349.425,79	978.421,82
Ciência e Tecnologia	1.765.675,27	1.653.957,51
Outros desembolsos operacionais	409.178,14	314.968,31
Desembolsos Atividades Investimento	3.085.956,51	29.520,83
Aquisição Ativo Imobilizado	3.084.744,86	25.440,83
Aquisição Ativo Intangível	1.211,65	4.080,00
Caixa e equivalente de caixa inicial	3.748.336,49	2.504.383,06
Caixa e equivalente de caixa final	1.420.543,69	3.748.336,49

4 - Informações Adicionais:

4.1 Legislações relevantes que regem as operações do CIGA:

- ✓ Lei nº 4.320/64 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- ✓ Lei Complementar nº 101/00 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- ✓ Portaria STN/SOF 163/2001 – Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências;
- ✓ Lei nº 11.107/05 – Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências;
- ✓ Decreto nº 6.017/07 – Regulamenta a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos;
- ✓ Portaria STN nº 860/2005 – Consórcio Público.

4.2 Contingências

O CIGA é parte ré em processo judicial de natureza cível, decorrente do curso normal de suas atividades. A respectiva provisão para contingências não foi constituída considerando a avaliação de probabilidade possível e não provável de perda da questão (ação). O valor possível pré-estabelecido na Ação Condenatória n.º 0306419-55.2017.8.24.0023, que tramita na 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, é de R\$ 1.614.663,43 (um milhão, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e três centavos), conforme valor da causa corrigido em 21 de novembro de 2017.

4.3 Eventos Subsequentes

Não houve eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros.

4.4 Responsabilidades na Gestão

- ✓ Gilsoni Lunardi Albino – Diretor Executivo do CIGA
- ✓ Moisés Diersmann – Prefeito de Luzerna e Presidente do CIGA

Grasiele Hoffmann
CRC/SC 036228
Contadora do Ciga